

## **MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, 352 p.**

BRUNO PUCCINELLI

Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

**DOI:** 10.11606/issn.2316-9133.v22i22p338-342

“A história da antropologia é um pouco a história dos centros e das periferias, de suas definições e relações” (p. 7). Começar do começo, partindo da primeira frase de um livro, pode parecer redundante, mas Peter Fry abre com maestria o livro de José Guilherme Cantor Magnani, “Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana”. Algo que pode parecer disparatado à primeira vista é o fato do livro ser prefaciado por um antropólogo conhecido por pesquisas em raça/etnia e sexualidade e ter o posfácio escrito por um etnólogo indígena, Márcio Silva. O espanto aumenta se o leitor desatento observa que não há citação aos dois comentadores nas referências bibliográficas; por quê, então, seriam boas pessoas para abrir e fechar um livro que logo no título trata de antropologia urbana?

Baseado na livre docência do autor, Magnani traça um panorama dos estudos antropológicos com foco na cidade desde a ascensão do tema até os dias atuais, baseando-se em sua própria trajetória. O livro condensa em três partes (*Linhagens e trajetórias, Três pesquisas e Etnografia urbana*), todas subdivididas em três capítulos cada, o processo de constituição da área a partir da produção paulista, com foco na Universidade de São Paulo (USP), lugar de formação do então jovem antropólogo. Lá, e através da importante orientação de Ruth Cardoso e Eunice Durham, a antropologia dita urbana começa a ganhar for-

ma e a fazer parte do que hoje compreendemos como uma área consolidada dentro da disciplina. Mas, como aponta o relato precioso de Magnani, nem sempre foi assim.

Antes de adentrar mais o conteúdo do livro, vale destacar que um título para essa resenha bem poderia ser “A favor da etnografia<sup>1</sup> na cidade”, foco condutor da argumentação que ficará mais claramente declarado apenas nas últimas cem páginas. Mas é o que move o pesquisador/autor e todo o argumento construído: a etnografia, utilizada à exaustão nas mais diversas áreas do conhecimento e trabalho de pesquisa, principal forma de trabalho da antropologia e importante na pesquisa urbana. Não é preciso muito para defender esse ponto, a experiência de Magnani mostra as potencialidades do trabalho etnográfico e como tem rendido frutos para a pesquisa nas cidades.

O autor recorre aos percursos de fundação da antropologia e de alguns dos primeiros trabalhos com esse viés no contexto das Ciências Sociais em São Paulo, as quais remetem tanto à USP quanto à Escola Livre de Sociologia e Política. O foco, neste caso, é perceber como a cidade vai sendo tratada, por que vias ela é elencada como objeto de pesquisa, muitas vezes tomando os escritos da Escola Sociológica de Chicago como principal referência. Mas, aponta Magnani, os “estudos de comunidade” ganham proeminência, numa contraposição entre “comunidade”, tida como menor e mais coesa, e “sociedade”, referente ao grau de com-

cadernos de campo, São Paulo, n. 22, p. 1-384, 2013

plexidade e escala. Parafraseando Márcio Silva, citado no decorrer do livro em outro momento, comunidades poderiam ser vislumbradas como o “paraíso durkheiminiano”, passível de serem apreendidas pelo pesquisador como um todo. Mas Magnani mostra como esses estudos de comunidade ajudaram a traçar alguns dos caminhos da antropologia feita nas cidades pela via da compreensão de processos migratórios, por exemplo, ainda que tratados na perspectiva da “aculturação”, tópico amplamente criticado. Como pensar, por exemplo, em famílias de japoneses numa cidade pequena cujos referenciais nacionais começavam a ficar de lado?

É nesses estudos de comunidades que importantes pesquisadores foram forjados, como Antônio Cândido, e outras duas pesquisadoras que formam o que o autor reconhece como uma das linhagens da antropologia urbana, e à qual pertence: Ruth Cardoso e Eunice Durham. A estrutura do curso de Ciências Sociais e da divisão dos departamentos, rapidamente retomados, mostram como essas duas professoras despontaram e produziram no interstício entre a Ciência Política e a Antropologia, por conta de reformas universitárias e o processo de incremento de movimentos sociais no contexto da abertura política. Aqui já se pode ver com clareza um dos sentidos possíveis do título do livro, “Da periferia ao centro”: a Antropologia, paulatinamente, vai ganhando espaço e legitimidade ante a Sociologia e a Ciência Política, mesmo ainda sob críticas de não passar de estudos detalhistas que pouco contribuíam a um entendimento maior da sociedade, das estruturas de poder e presos a contextos muito restritos, semelhantes às críticas de Florestan Fernandes<sup>2</sup> acerca dos estudos de comunidades. Seria este o calcanhar de Aquiles da disciplina, sua incapacidade de análise crítica sobre contextos mais gerais devido à unidade de análise tão diminuí-

ta? O que se vê no decorrer da argumentação de Magnani é que estava justamente aí a força da Antropologia em sua contribuição.

“Festa no pedaço”, o trabalho que até hoje é referência para diversos pesquisadores urbanos no país, nasce de um processo de debate e discussão de contribuições teóricas diversas, vindo desde o marxismo e suas vertentes dos anos 60 até os clássicos da teoria antropológica, donde Geertz despontava. Junta-se a isso interesses diversos em pensar o contexto político brasileiro e muitos trabalhos começam a pensar os movimentos sociais urbanos, boa parte deles focados nas ausências materiais e simbólicas que caracterizariam as periferias e as classes baixas, como a falta de equipamentos de lazer, por exemplo. As orientações de Durham e Cardoso, ambas trabalhando tanto no Departamento de Antropologia quanto de Ciência Política, seguem em boa parte essas reflexões teóricas e as ânsias de seus orientandos. Interessante observar a capacidade de ambas transitarem pelos departamentos formadores das Ciências Sociais na USP, ainda que majoritariamente orientassem trabalhos nos departamentos de Antropologia e Ciência Política. Vejamos a quantificação dos temas dos trabalhos orientados por ambas: no caso de Eunice Durham, dentre os 34 trabalhos elencados de 1975 a 1999, todos na pós-graduação, 08 são sobre *trabalho* e 04 sobre *periferia urbana/classes populares* (outros temas circulam entre *religião*, *classes médias*, *família*, etc.) e destes 15 possuem a “cidade como espaço ou contexto do recorte escolhido” (p. 60). Já no caso de Ruth Cardoso no mesmo período e com o mesmo número de orientações podem ser contabilizadas 11 pesquisas sobre *classes populares/pobres*, 09 sobre *movimentos e associações políticas*, 04 sobre *conflitos sociais* e 04 sobre *violência urbana* (os quadros e alguns comentários estão nas páginas 60 e 61). Saliente-se que a maior parte destes temas tratava das cida-

des, em especial da cidade de São Paulo, logo se conseguirá localizar um lócus de trabalho privilegiado pelos orientandos: a periferia. Lugar de expansão geográfica e política, de ampliação do debate sobre a democratização; lugar no qual parte das perguntas sociológicas mais abrangentes não conseguia chegar.

Aí insere-se o jovem Magnani, no início dos anos 80, a buscar entender na periferia qual o lugar do tempo livre, o tempo do não-trabalho. Daí chegar ao circo-teatro, expressão de lazer na Zona Leste paulistana e até hoje existente em outras áreas consideradas periféricas na extensão metropolitana de São Paulo, e relacionar com o conjunto de ligações e separações nestes espaços. E, em decorrência do trabalho de campo, ao “pedaço” que confere inteligibilidade de localização territorial e simbólica de seus interlocutores no processo etnográfico. O “pedaço é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais a de lazer) e condição para seu exercício e fruição. Pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção” (p. 89). A força do conceito reside em sua produção analítica a partir da observação detida do campo, reside na potencialidade da etnografia. Esse é um dos pontos mais fortes e uma das defesas mais intensas do autor no decorrer do argumento, mostrando como sua produção acadêmica está atrelada a esse exercício de “se deixar afetar” pelo campo, analisá-lo com maior distanciamento e produzir um conceito consistente que ao mesmo tempo é termo amplamente utilizado pelos interlocutores. O “pedaço” existe na Zona Leste da cidade de São Paulo, mas também fora dele; e como posto pelo antropólogo, existe ao mesmo tempo que não existe, pois prefigura conceito de análise.

Etnografia essa que se baseia em diferentes abordagens; Magnani não se furta ao exercício de pensar o significado de algo comumente tido

como ferramenta de pesquisa, trabalhando definições vindas de Geertz, Merleau-Ponty, Peirano, Lévi-Strauss, Wagner, DaMatta e Velho. São diversas as contribuições e todas formam o corpo de uma tradição teórico-metodológica que caracterizam o trabalho etnográfico. Isso, como dito anteriormente, está no terço final do livro e configura uma das reflexões mais preciosas e didáticas às quais dificilmente se tem acesso com tamanho apuro. Diz Magnani sobre o que é a etnografia: “uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte não para permanecer lá ou mesmo para explicar ou interpretar a lógica de sua visão de mundo, mas para, numa verdadeira relação de debate e troca, contrastar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento, ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente” (p. 264). Segue o autor utilizando do exemplo da iluminação zen-budista, um momento de epifania, de compreensão, comum em pequenas histórias sobre o cotidiano dos monges budistas. O novo entendimento das coisas é produzido “em virtude de uma predisposição, de um estado anterior de atenção viva e continuada” (p. 265), logo, o que é observado e descrito numa etnografia é parte do trabalho, cuja pista ou novo entendimento só se produz com treinamento e trabalho atento e constante, o insight surge quando “precedido e preparado por uma presença e investimento continuados em campo e uma atitude de atenção viva” (p. 265). É mais trabalho do que obra do acaso; este, por sinal, apenas ocorre mediante o investimento continuado citado por Magnani, por, ao menos, uma postura “de perto e de dentro” do objeto ou contexto de pesquisa.

Essa é a principal característica do texto, que também é uma ampla retomada crítica do percurso acadêmico de Magnani: exemplos de

utilização da etnografia como processo de trabalho em pesquisas antropológicas cujo foco é a cidade, ou contextualizadas nesta, e a defesa da etnografia como contribuição fundamental ao entendimento da urbe. Para além da dicotomia tão comum referente aos atributos de uma antropologia nestes contextos, se *na* cidade ou *da* cidade, o autor mostra a imensa gama de possibilidades interpretativas através do trabalho etnográfico. O principal exemplo, e um dos que mais marcou sua carreira, reside justamente na noção de “pedaço”, conceito baseado, em parte, na contribuição de DaMatta sobre os espaços públicos e privados, a rua e a casa, e seus significados. “Pedaço”, entre rua e casa, caracteriza o objeto estudado. Tal termo não é apenas uma outra interpretação dos conceitos damattianos, mas um contributo que tem no campo sua maior contribuição. “Pedaço” é termo “nativo”, é como as pessoas se referem a determinados lugares e se diferenciam de outras.

A postura de Magnani, no entanto, nunca se restringiu a descrever grupos, circunscrições específicas, algo semelhante às críticas empreendidas junto aos estudos de comunidade. Suas pesquisas, e esta retomada importante e necessária, situam bem o espírito do pesquisador: a etnografia como potencializadora de inferências sobre vários contextos. Aqui a cidade surge como espaço privilegiado e Magnani não se furta a colocar seus conceitos, e o “pedaço”, em xeque, a fim de testar sua abrangência. Nem tampouco replica a experiência de pesquisa numa periferia em outras periferias, replicando, assim, outros “pedaços”, tirando, daí, a conclusão de uma certa homogeneidade das periferias. O caminho é outro: e no centro? Há um só centro? Há “pedaço” no centro?

Daí redundam, em pesquisas realizadas em grupo, a “família de conceitos” relacionada ao pedaço e que tanto inspiraram outras contribuições sobre a cidade, em especial a cidade

de São Paulo: “pórtico”, “mancha”, trajeto” e “circuito”. Este último termo, como bem reconhece o autor, abrangente o suficiente para dar conta de diversos contextos e o mais relacionado com os outros termos. De outras pesquisas por ele orientadas ainda surgem “quebrada” e “rolê”, não apenas como termos “nativos”, mas como conceitos analíticos (como no caso de Alexandre Barbosa Pereira). Tais termos são testados e recontados ao longo de sua trajetória: das pesquisas no centro de São Paulo à inferência junto aos surdos, passando pelo neoesoterismo e chegando às mais recentes incursões no contexto das cidades amazônicas e seus usos por etnias indígenas. Cruzam-se, aí, antropologia urbana e etnologia indígena, sem uma se sobrepor, ou contrapor, à outra.

Magnani, por fim, sugere que haveria uma possibilidade de se pensar numa antropologia *da* cidade a partir da quantidade bastante grande de pesquisas que, de forma geral, pensam a antropologia *na* cidade. Creio que isso não seja necessariamente um único caminho: os trabalhos assim definidos, como *na* cidade, de algum jeito pensaram a cidade para além de grupos restritos. Pensaram e pensam a cidade. Há sim uma antropologia *da* cidade que não precisa se justificar e nem de muitas explicações e arcos de fuga da “tentação da aldeia”. Me refiro às boas coisas surgidas nessas duas últimas décadas, espaço principal de atuação de Magnani, tendo ele como um de seus grandes pensadores.

Zé Guilherme, Professor Magnani ou apenas Magnani. Lembro de uma festa de encerramento do Graduação em Campo, evento de divulgação nacional e um dos únicos a focar a graduação, gestado no Núcleo de Antropologia Urbana da USP, conversando com Magnani sobre a forma indiscriminada que por vezes alguns de seus conceitos eram utilizados, ao que o mesmo respondeu: “os conceitos são criados para serem criticados, e é isso que eu espero”.

Aí está o espírito de Magnani, professor que contribui e segue contribuindo com a pesquisa, acima de tudo. Não à toa sua marca está na principal disciplina do curso de Ciências Sociais da USP, Pesquisa de Campo em Antropologia. Faça-se pesquisa, campo, acima de tudo.

## Notas

1. Parafrazeando o título do famoso texto de Mariza Peirano, “A favor da etnografia”, também citado por Magnani.

**autor**

**Bruno Puccinelli**

Doutorando em Ciências Sociais / Unicamp

2. O próprio Florestan Fernandes possui pesquisas cujos temas hoje facilmente seriam elencados como próprios à Antropologia, como as “trocinhas” do Bom Retiro, bairro paulistano de intenso histórico migratório, ou a significação da guerra entre os Tupinambás. Sua crítica aos estudos de comunidade, como trazidos por Magnani, se refere ao grau descritivo das pesquisas que destoava da possibilidade de análise comparativa, tratando, muitas das vezes, determinados contextos e grupos como encerrados em si. Magnani mostra como isso possui nuances e contribuições importantes para a antropologia urbana.